

SECRETARIA DOS
POVOS INDÍGENAS



GOVERNO DO
PARÁ

PROGRAMA CIDADANIA, JUSTIÇA E
DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2025



Belém, Pará
25 de novembro de 2025

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Governador do Estado do Pará

HANNA GHASSAN

Vice-Governadora do Estado do Pará

PUYR DOS SANTOS TEMBÉ

Secretária de Estado dos Povos Indígenas

WIRATAN SOMPRÉ

Secretária de Estado Adjunto dos Povos Indígenas

MILENA CARVALHO CAVALCANTE

Chefe de Gabinete

VANESSA MERIELEM DA SILVA

Diretora de Administração e Finanças

JAMILYE BRAGA SALLES

Diretora de Gestão de Políticas voltadas aos Povos Indígenas

LAYSA MATHIAS DE JESUS

Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

SUMÁRIO

1.	PRINCIPAIS DESTAQUES	5
1.1.	Março.....	5
1.2.	Abril.....	6
1.3.	Maio	8
1.4.	Julho	8
1.5.	Agosto	8
1.6.	Setembro.....	9
1.7.	Outubro	9
1.8.	Novembro	9
2.	APRESENTAÇÃO.....	11
2.1.	Secretaria dos Povos Indígenas	11
2.2.	Estrutura Organizacional	12
2.3.	Conselho Estadual da Política Indigenista do Estado do Pará - CONSEPI	13
2.4.	Organograma da SEPI.....	16
2.5.	Programas de Governo.....	17
3.	RESULTADOS ALCANÇADOS.....	18
3.1.	Programa: 1500 – Cidadania, Justiça e Direitos Humanos.....	18
3.1.1.	Projeto Atividade: 2273 – Apoio à Promoção dos Direitos Sociais, Culturais e Direito à Cidadania.....	18
3.1.2.	Projeto Atividade: 2274 – Fortalecimento do Conselho da Política Indigenista.....	19
3.1.3.	Projeto Atividade: 2275 – Capacitação e Formação sobre políticas indigenistas e direito dos Povos Indígenas	19
3.1.4.	Projeto Atividade: 2276 – Gestão e Articulação de Políticas voltadas ao Povos Indígenas	20
3.1.5.	Projeto Atividade: 8211 – Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	21
3.2.	Programa: 1508 – Governança Pública	23
3.3.	Manutenção da Gestão.....	24
4.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	24
4.1.	Execução Orçamentária por Programa.....	24
4.2.	Comparativo mensal de Despesas Correntes – 2025 x 2024	25
4.3.	Total mensal por natureza da despesa de Despesas Correntes	26
4.4.	Comparativo mensal de investimento – 2025 X 2024 – Emendas Parlamentares	27
4.5.	Total mensal por natureza da despesa de Despesas Correntes – Suplementação Orçamentária	28
5.	CONSIDERAÇÕES	29
5.1.	Recomendações.....	30

Mensagem da Secretária

Ao encerrarmos 2025, somos convidados a olhar com atenção para tudo o que atravessamos neste ano de intenso trabalho, desafios árduos e valiosas conquistas. Foi um período que colocou o estado do Pará e os povos indígenas no centro das discussões globais sobre clima, e sobretudo, reafirmou a importância dos povos originários como protagonistas na construção de um futuro sustentável.

Como Secretária de Estado dos Povos Indígenas, sinto orgulho do caminho que percorremos com coragem, pois mesmo com os desafios e entraves, fomos capazes de fortalecer políticas públicas, qualificar lideranças, ampliar o diálogo, e consolidar a participação indígena em espaços de tomada de decisão. Nesse caminhar vitorioso, cito a tão sonhada Política Estadual da Educação Escolar Indígena do Pará, a II Semana dos Povos Indígenas, a Caravana dos Povos Indígenas Rumo à COP30, a garantia da maior delegação de mulheres indígenas na 1ª Conferência Nacional de Mulheres Indígenas, com cerca de 600 mulheres, e finalmente, culminando na histórica realização da Conferência das Partes – COP30 em Belém, com a idealização e implementação da Aldeia COP, bem como a articulação e participação de mais de 1.300 indígenas do estado do Pará.

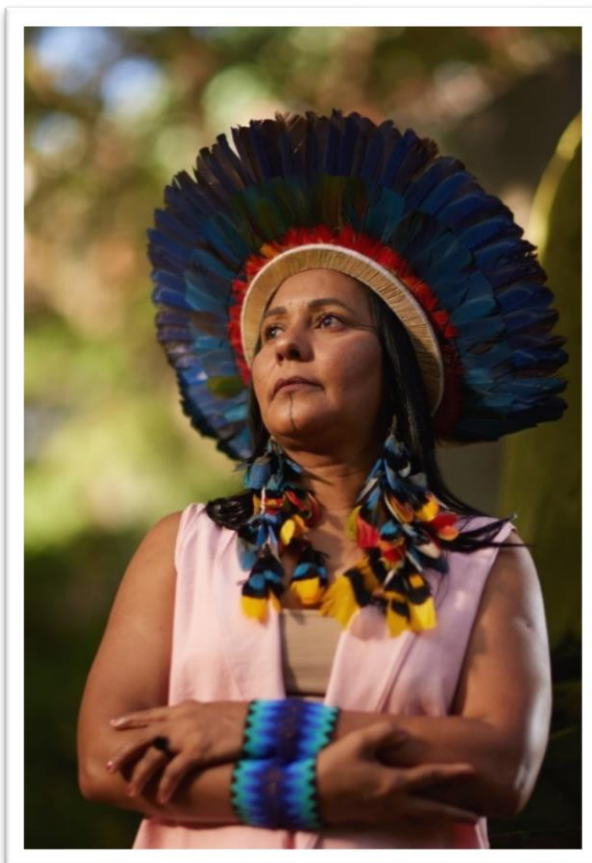
Cada passo dado foi resultado de um esforço conjunto, guiado pela responsabilidade, pelo compromisso e pelo saber ancestral que orienta nossa atuação. Reafirmamos nossa missão institucional: proteger nossos povos, defender seus direitos e assegurar que suas vozes sigam ecoando com força e legitimidade.

A SEPI segue se consolidando como instrumento de fortalecimento dos povos indígenas do estado do Pará. Nosso trabalho reflete a união entre gestão pública eficiente e a sabedoria que herdamos de nossos ancestrais.

A todas e todos que caminharam conosco, deixo minha profunda gratidão. Seguiremos firmes, com coragem e esperança. Porque o futuro, antes de tudo, é ancestral.

A todas e todos que caminharam conosco, deixo minha profunda gratidão. Seguiremos firmes, com coragem e esperança. Porque o futuro, antes de tudo, é ancestral.

Chama, Chaaaama! Chama, que os povos indígenas vêm, e a força da floresta também!



Puyr Tembé

Secretária de Estado dos Povos Indígenas do Pará

1. PRINCIPAIS DESTAQUES

1.1. Março



1ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Indigenista do Pará, teve apresentação do projeto “Caravana dos Povos Indígenas Rumo à COP30”, a minuta de criação de comissão interna do Conselho, o calendário de consulta do REDD+ Jurisdicional, o processo de consulta da Política Estadual de Educação Escolar Indígena e a minuta do Plano de Enfrentamento a Desastres Ambientais da SEPI.



1ª Caravana dos Povos Indígenas rumo à COP30, uma iniciativa da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas com apoio do Ministério dos Povos Indígenas e da Deputada Federal Célia Xakriabá, que percorreu todo o estado do Pará, levando informação, sensibilização e formação às lideranças indígenas, em função da Conferência do Clima – COP30, realizada em Belém de 10 a 21 de novembro. Foram realizadas 08 caravanas da COP30, qualificando aproximadamente 1.200 lideranças indígenas.



1ª Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o projeto de Lei de criação da Política Estadual da Educação Escolar Indígena Pará. As consultas percorreram todo o estado do Pará, entre aldeias e cidades, ouvindo e construindo de forma coletiva com cerca de 1.500 indígenas. Um momento histórico para o Estado e uma vitória para os povos originários, que pela primeira vez possuirão uma política de educação baseada nos seus saberes tradicionais e respeitando a força de sua ancestralidade.

1.2. Abril

Semana dos Povos Indígenas II: Aldeando a COP30, realizado durante o mês dos povos originários, em Belém e promovida pelo governo do estado através da SEPI, com o intuito de reflorestar mentes e aldear a política. Com a presença de cerca de 500 indígenas, de 46 etnias, das 12 regiões de integração do Estado, o evento, que teve sua segunda edição, consolidou-se como mais uma conquista dos povos originários.



Semana dos Povos Indígenas II: Aldeando a COP30, realizado durante o mês dos povos originários, em Belém e promovida pelo governo do estado através da SEPI, teve a edição de 2025 em formato reduzido, porém garantindo a participação de um número significativo de participantes, garantindo atendimentos médicos, espaços de diálogo e construção coletiva, bem como momentos de reafirmação cultural.



Semana dos Povos Indígenas II: Aldeando a COP30

Feira de Artesanato: Feira de Artesanato Indígena realizada durante todos os dias do evento, fomentando a economia circular da floresta com a venda de artesanato, biojóias, pinturas corporais de grafismos indígenas, entre outros itens. Foram 25 etnias diferentes expondo e comercializando seus materiais e fortalecendo a cadeia bioeconômica.



Semana dos Povos Indígenas II: Aldeando a COP30

Ação de Cidadania, realizada no Hangar – Centro de Convenções da Amazônia, com entregas para indígenas das diversas regiões de integração do Estado. Foram feitas entregas de cestas básicas, cadeiras de rodas, e enxovais. Além disso, também foram desenvolvidas atividades lúdicas de desenvolvimento pessoal com crianças e adolescentes indígenas do estado.

**Semana dos Povos Indígenas II:
Aldeando a COP30**

Apresentação da primeira proposta do Projeto da Política Estadual da Educação Escolar Indígena, resultado de uma articulação entre a Secretaria dos Povos Indígenas, a Secretaria Estadual de Educação e Procuradoria Geral do Estado do Pará, garantido a Consulta Livre, prévia e Informada aos povos indígenas do estado do Pará.

**Semana dos Povos Indígenas II:
Aldeando a COP30**

Desfile de Moda Indígena Ancestral II, que aconteceu no Hangar, foi um momento de marcado pela coletividade, troca de experiências e saberes ancestrais. As peças usadas durante o desfile foram produzidas pelas indígenas Warao em uma parceria com mulheres do egressas do sistema prisional, e as peças assinadas pelo estilista indígena Maurício Duarte.

**Semana dos Povos Indígenas II:
Aldeando a COP30**

COParente, que teve com objetivo garantir representação indígena qualificada na zona azul da COP, 360 lideranças foram indicadas para isso. As pautas defendidas incluem a demarcação de terras indígenas como instrumento de mitigação da crise climática, o financiamento climático direto para os territórios indígenas, e a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTAs).

**Semana dos Povos Indígenas II:
Aldeando a COP30**

Palco Multiartes, que fechou a Semana dos Povos Indígenas deu protagonismo aos artistas regionais, como o rei do carimbó, mestre Pinduca.

O encerramento do palco Multiartes encantou o público e garantiu fomento da cultura paraense, miscigenado com a cultura indígena fortemente presente nos territórios indígenas.

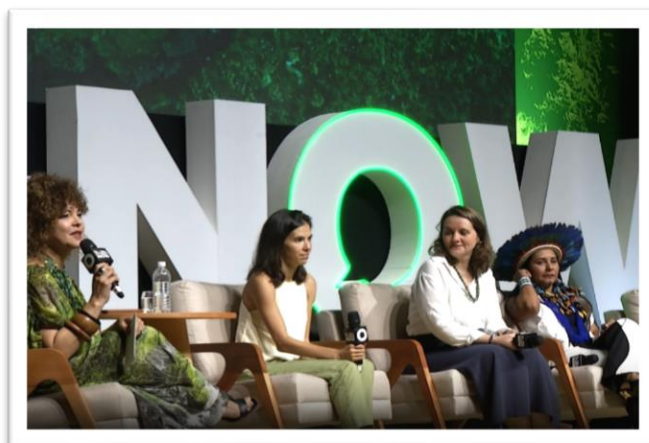
1.3. Maio



Consulta Livre, Prévia e Informada sobre a criação da Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará, realizadas na região de integração do Carajás, na Terra Indígena Xikrin do Cateté, com a participação de 172 lideranças do povo Xikrin;

E outra na região de integração do Baixo Amazonas, na cidade de Santarém, consultando cerca de 497 indivíduos, dos 13 povos da região, entre eles Borari, Tupinambá, Arapiun, Maytapú, Cara Preta, Munduruku, Kumaruara e Jaraqui.

1.4. Julho



Global Citizen NOW: Amazônia

A Secretaria dos Povos Indígenas do Estado do Pará, através da Secretária dos Povos Indígenas, Puyr Tembê, esteve presente do Global Citizen Now Amazônia, realizado em Belém, para falar da importância da construção de políticas públicas que atendam os povos indígenas e chamou a atenção do público sobre a importância que povos indígenas têm na preservação das florestas e da vida.

1.5. Agosto



1º Conferência Nacional de Mulheres Indígenas e IV Marcha das Mulheres Indígenas, que aconteceu em Brasília, de 02 a 08 de agosto. A Secretaria de Estado dos Povos Indígenas garantiu a participação da maior delegação de mulheres indígenas, com 600 mulheres, que com sua participação ativa, reforçaram seu compromisso com uma COP30 construída a muitas vozes, com escuta, articulação e presença efetiva dos povos indígenas na definição de soluções para o futuro da Amazônia e do planeta.

1.6. Setembro



Semana do Clima de Nova York, durante a qual a Secretaria dos Povos Indígenas, através da Secretária, Puyr Tembê, participou ativamente de diversas reuniões, rodas de conversas, debates e painéis que discutiram possibilidades de soluções para mitigar os impactos das mudanças climáticas na Amazônia.



Semana do Clima de Nova York, durante a qual a Secretaria dos Povos Indígenas, através da Secretária, Puyr Tembê, esteve presente no palco do Global Citizen, no Central Park, para ecoar as vozes dos povos indígenas e falar sobre a importância da construção de políticas públicas na defesa dos direitos territoriais e nos direitos à vida dos povos da floresta, e na proteção da Terra.

1.7. Outubro



Seminário do Projeto de Lei da Política Estadual da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará, que garantiu a apresentação do texto final do projeto de lei que garante uma educação diferenciada aos povos indígenas, construída a partir das Consultas livres, prévias informadas que aconteceram nas oito entorregiões do estado do Pará, com a participação de cerca de 1.500 indígenas.

1.8. Novembro



Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas – COP30, em Belém, de 10 a 21 de novembro de 2025. A Secretaria dos Povos Indígenas em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e organizações da sociedade civil como APIB, COIAB e FEPIPA idealizaram e realizaram a Aldeia COP30, um espaço que acomodou mais de 3.500 indígenas do Brasil e do mundo. O espaço contou com uma programação de palestras, feira de bioeconomia, palco ancestral e casa de cura.



Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas – COP30, em Belém, de 10 a 21 de novembro de 2025. A Secretaria dos Povos Indígenas, através da Secretária, Puyr Tembê, esteve nas discussões dentro da Zona Azul, apresentando soluções para os impactos das mudanças climáticas na Amazônia e os impactos diretos à população mundial, e também sobre os desafios enfrentados pelos indígenas.



Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas – COP30, em Belém, de 10 a 21 de novembro de 2025. A Secretaria dos Povos Indígenas, através da Secretária, Puyr Tembê, esteve na Marcha Global pelo Clima, que reuniu mais de 15 mil pessoas nas ruas de Belém, e dentre eles, 3.500 indígenas vindos de todas as partes da Amazônia, do Brasil e de outros países como Venezuela, Guatemala, Quênia, Peru, Canadá e Austrália.



Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas – COP30, em Belém, de 10 a 21 de novembro de 2025. A Secretaria dos Povos Indígenas foi responsável pela estruturação da Feira da Bioeconomia da Aldeia COP30, viabilizando a participação de mais de 300 artesãos, que puderam comercializar biojóias, camisias, bancos, quadros, mochilas e diversos outros itens trazidos de seus territórios.

2. APRESENTAÇÃO

2.1. Secretaria dos Povos Indígenas

A Amazônia brasileira é uma área que corresponde a 61% do território nacional, sendo a maior parte das Terras Indígenas concentradas nesta região. O estado do Pará atualmente apresenta uma das maiores diversidades étnicas desse país, onde existem mais de 57 povos, falantes de 34 idiomas de troncos linguísticos: Karib, Macro jê, Tupi, Juruna, Munduruku, entre outras. Além dos 13 povos isolados que vivem nas fronteiras do Estado (GEDAI, 2021). Segundo dados recentes do Censo Indígena, os povos indígenas do estado do Pará somam uma população de mais de 80 mil indígenas (IBGE, 2022), distribuídos em torno de 64 terras indígenas, em 52 municípios (FUNAI, 2023), representando cerca de 25% do território paraense.

Cada povo e comunidade indígena possuem suas próprias formas de organização social, culturas, saberes e modos de vida, que refletem a rica diversidade dos povos originários. Reconhecer, respeitar e fortalecer essas especificidades é fundamental para garantir a preservação de suas identidades e a promoção de seus direitos. É nesse contexto, que se reforça a importância da criação de uma Secretaria que atue como um elo entre os povos indígenas e o poder público, articulando políticas que respeitem suas particularidades socioculturais, assegurem sua autonomia e valorizem seu protagonismo na construção de soluções sustentáveis e justas para o estado do Pará.

A Secretaria dos Povos Indígenas do Pará (SEPI), que tem a criação respaldada pela Lei nº 9.886, de 3 de abril de 2023, constitui um marco histórico e um avanço significativo na luta do Movimento Indígena no Estado do Pará, refletindo os avanços alcançados no cenário nacional, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Este órgão da administração pública direta, vinculado ao Governo do Estado, tem a missão primordial de **planejar, coordenar e articular** a implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, visando à promoção, proteção e defesa de seus direitos e interesses. A SEPI atua no fortalecimento da presença e do protagonismo dos povos originários no contexto estadual, alinhando suas ações com as diretrizes e orientações dos órgãos federais competentes. Nesse sentido, a Secretaria se dedica à criação de condições para o fortalecimento dos povos indígenas, à garantia da segurança dos territórios tradicionais e à valorização do conhecimento ancestral, além de articular-se

para desenvolver políticas públicas que assegurem a inclusão social e o respeito à diversidade cultural dos povos indígenas no Pará.

Como fruto das oficinas de planejamento estratégico da SEPI, foi possível definir a missão, visão e função da Secretaria sendo elas estabelecidas das seguintes formas:

- **Missão da SEPI:**

Promover, proteger, defender e assegurar os direitos dos povos indígenas do Pará, por meio da formulação, coordenação e articulação de políticas públicas e indigenistas que contribuam para o bem viver. A Secretaria busca também "reflorestar mentes", tanto no âmbito institucional quanto na sociedade em geral, sensibilizando e fortalecendo a importância do respeito aos saberes ancestrais e aos territórios indígenas.

- **Visão da SEPI:**

Consolidar-se como uma referência estadual na efetivação de políticas indigenistas e na defesa dos direitos dos povos indígenas do Pará, garantindo o protagonismo das comunidades na construção de soluções sustentáveis e no fortalecimento da identidade cultural e social dos povos originários.

- **Funções da SEPI:**

Atuar de forma integrada para que a população indígena tenha seus direitos plenamente garantidos, respeitando suas especificidades socioculturais. A Secretaria empenha-se na valorização, reconhecimento, promoção e preservação da diversidade cultural dos povos indígenas, reforçando suas formas tradicionais de organização social e promovendo o fortalecimento de suas lutas por autonomia e dignidade.

2.2. Estrutura Organizacional

Considerando que a política indigenista se caracteriza pela transversalidade, integrando a temática indígena às ações setoriais do Estado, em razão da diversidade de atores envolvidos. Nesse contexto, durante o processo de reestruturação administrativa promovido pelo Governo do Pará em 2023, foi extinta a Secretaria de Estado de Justiça

e Direitos Humanos (SEJUDH) e dada origem à quatro novas secretarias, entre elas a SEPI. A SEPI assumiu o orçamento, as metas e as ações que anteriormente estavam sob a responsabilidade da Coordenadoria do Programa Raízes, vinculada à extinta SEJUDH, consolidando SEPI um espaço exclusivo e especializado para atender às demandas dos povos indígenas no Pará.

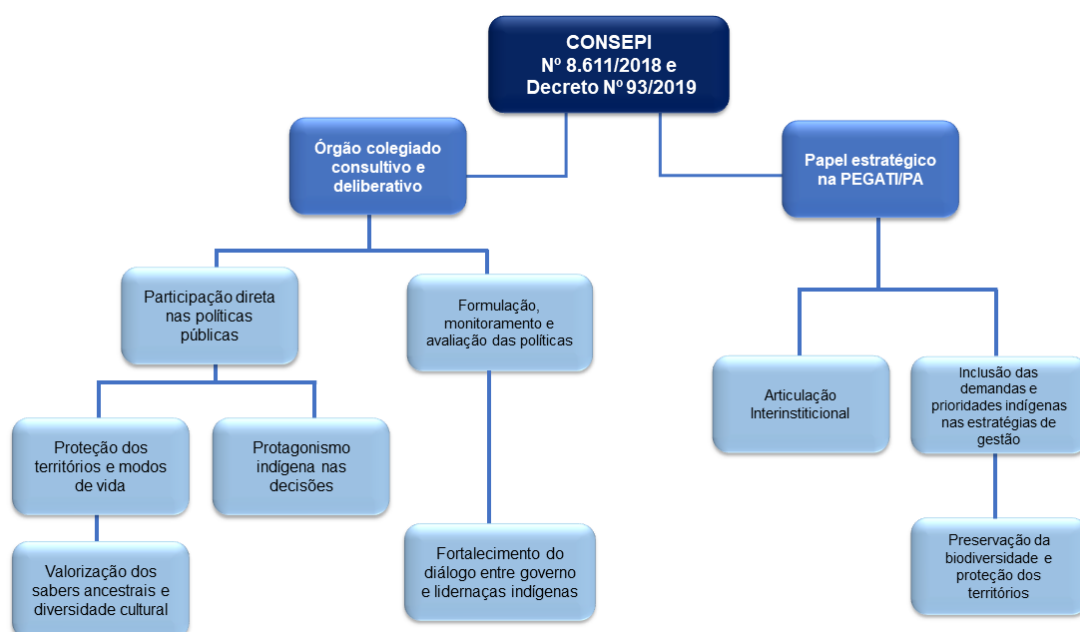
Conforme estabelecido pela Lei Nº 9.886/2023, a SEPI foi criada inicialmente com 34 (trinta e quatro) cargos em comissão, estruturados para atender aos seus objetivos estratégicos. A secretaria conta com setores de assessoramento técnico em sua estrutura superior, além da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), responsável pela área administrativa, e da Diretoria de Gestão de Políticas aos Povos Indígenas (DGPI), que conduz as ações finalísticas voltadas à implementação de políticas públicas para os povos originários. Nessa estrutura organizacional, o Conselho Estadual de Política Indigenista (CONSEPI), que é um órgão colegiado deliberativo, encontra-se vinculado ao Gabinete da Secretaria.

2.3. Conselho Estadual da Política Indigenista do Estado do Pará - CONSEPI

O Conselho Estadual da Política Indigenista do Estado do Pará - CONSEPI/PA foi instituído em 2018 pela Lei Nº 8.611/2018 e regulamentado pelo Decreto Nº 93, de 9 de maio de 2019, considerando a relevância desse importante instrumento de proposição e monitoramento de políticas públicas voltadas aos povos indígenas do Estado do Pará. O CONSEPI é um órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, representando desta forma uma conquista histórica dos povos indígenas do Estado.

O Conselho Estadual da Política Indigenista do Estado do Pará (CONSEPI) é uma instância de extrema relevância para os povos indígenas, pois representa um espaço de participação direta e efetiva na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas às suas comunidades. Sua atuação fortalece o diálogo entre o governo estadual e as lideranças indígenas, assegurando que as demandas, prioridades e propostas desses povos sejam incorporadas de forma respeitosa e estratégica. O CONSEPI é essencial para garantir a autonomia dos povos originários, promovendo o protagonismo indígena nas decisões que impactam seus territórios, modos de vida e direitos, além de contribuir para a valorização de seus saberes ancestrais e a preservação de sua diversidade sociocultural.

O Conselho Estadual da Política Indigenista do Estado do Pará (CONSEPI) desempenha um papel crucial na implementação da futura Política Estadual de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PEGATI/PA). Como espaço legítimo de diálogo e deliberação, o CONSEPI reúne lideranças indígenas, representantes governamentais e especialistas para promover a articulação interinstitucional e garantir que as demandas, saberes e prioridades dos povos indígenas sejam incorporados nas estratégias de gestão territorial e ambiental. Sua atuação fortalece o protagonismo indígena, assegura a representatividade nas decisões e contribui para a construção de políticas públicas efetivas, alinhadas com a proteção dos territórios, a valorização das culturas ancestrais e a preservação da biodiversidade na Amazônia.



Fonte: Lei 8.611/2018

A 1ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Indigenista do Pará (CONSEPI) em 2025 reafirmou o papel estratégico do Conselho como espaço de diálogo, construção coletiva e fortalecimento da política indigenista no estado. Reunindo lideranças indígenas de diversas regiões, representantes governamentais e parceiros institucionais, o encontro foi marcado por debates qualificados e por importantes encaminhamentos para o avanço das agendas prioritárias dos povos indígenas do Pará.

A programação teve início com a apresentação do projeto Caravanas dos Povos Indígenas Rumo à COP30, iniciativa articulada pela Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI), cujo objetivo é preparar as organizações e lideranças indígenas para sua participação ativa na Conferência do Clima em Belém. O projeto foi amplamente acolhido pelos conselheiros, que destacaram sua relevância para garantir

representatividade qualificada, incidência política e valorização dos saberes tradicionais no maior evento climático do mundo.

Na sequência, foi discutida a minuta de criação de uma comissão interna do CONSEPI, destinada a aprimorar o fluxo de trabalho do Conselho, fortalecer sua governança e assegurar maior eficiência na análise das matérias de interesse dos povos indígenas. A proposta recebeu contribuições dos conselheiros e segue para ajustes finais antes de sua institucionalização.

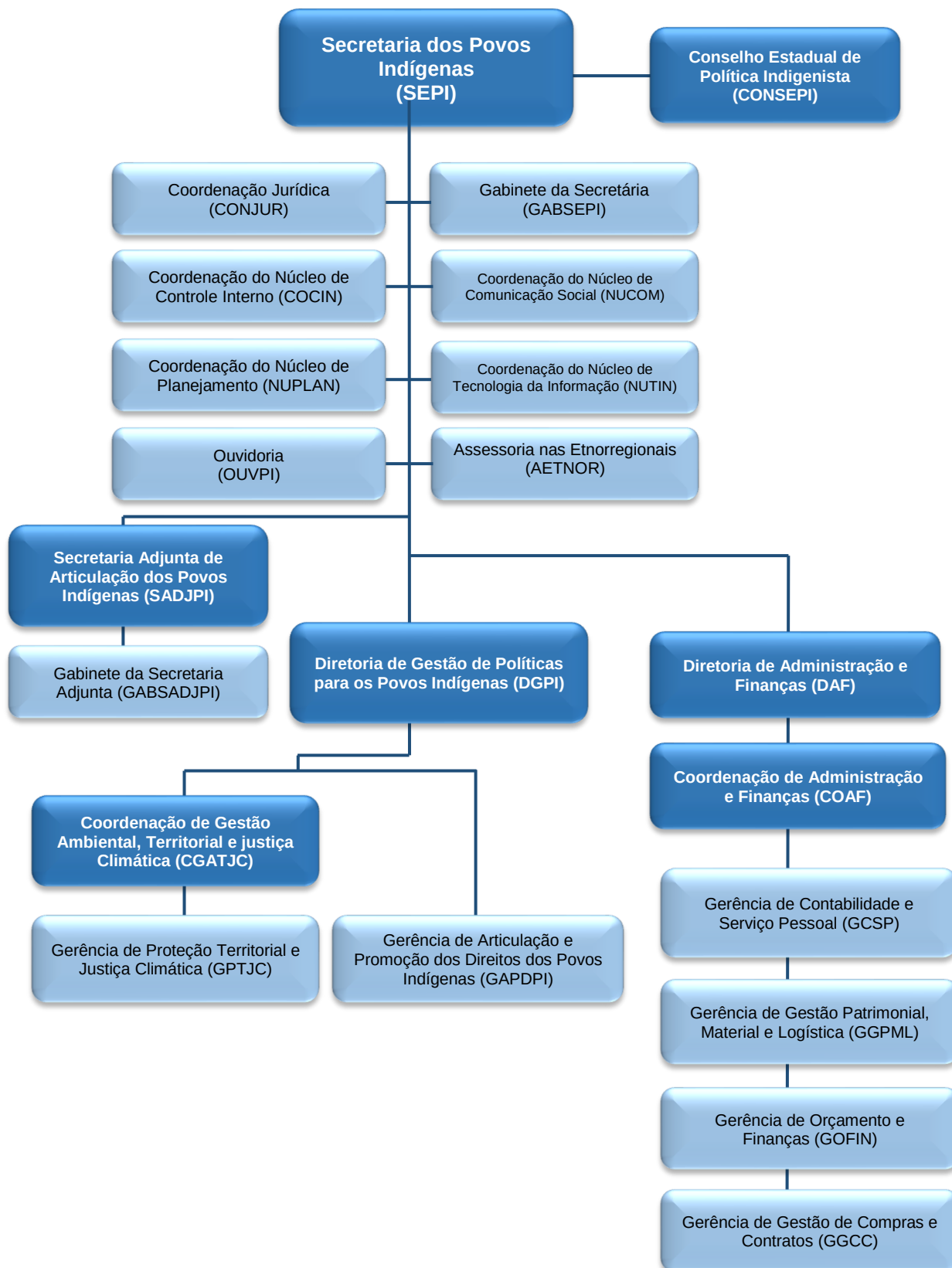
Outro ponto central da reunião foi a apresentação do calendário de consulta do REDD+ Jurisdicional, processo que prevê mecanismos de participação ampla e informada das comunidades indígenas na construção das estratégias estaduais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O CONSEPI ressaltou a necessidade de que todas as etapas seguem os protocolos de consulta prévia, livre e informada, respeitando a autonomia dos povos e assegurando condições adequadas de participação.

Também foi apresentada a situação atual do processo de consulta da Política Estadual de Educação Escolar Indígena, etapa fundamental para a consolidação de um modelo educacional que respeite as especificidades culturais, linguísticas e territoriais dos povos indígenas. O Conselho reforçou a importância de garantir que as consultas ocorram de forma descentralizada, inclusiva e alinhada às realidades de cada região.

Por fim, foi discutida a minuta do Plano de Enfrentamento a Desastres Ambientais da SEPI, documento que busca estruturar respostas rápidas e eficientes a eventos críticos, como queimadas, enchentes, invasões territoriais e contaminações, que afetam diretamente as comunidades indígenas. O CONSEPI destacou a urgência de integrar o plano às políticas estaduais de defesa civil, saúde e meio ambiente, de modo a assegurar proteção integral aos territórios e às populações indígenas diante da intensificação dos eventos climáticos extremos.

A reunião foi encerrada com a reafirmação do compromisso coletivo de fortalecer a política indigenista do Pará, ampliar a participação das lideranças e consolidar o CONSEPI como instância fundamental para a defesa de direitos, a salvaguarda dos territórios e a construção de um futuro digno e sustentável para os povos indígenas do estado.

2.4. Organograma da SEPI



Fonte: Lei nº 9.927/2023.

2.5. Programas de Governo

A SEPI integra o Programa de **Cidadania, Justiça e Direitos Humanos**, que se encontra no Eixo Desenvolvimento Social, e apresenta como objetivo estratégico “Combater a pobreza extrema, reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir o acesso à assistência, e à segurança alimentar e nutricional” (SEPLAD, 2023, p.135).

Dentre os objetivos estabelecidos no Programa, a SEPI tem como objetivo “promover os direitos dos povos indígenas” (SEPLAD, 2023, p.135), através das seguintes ações estabelecidas no Plano Plurianual (2024/2027):

- a) 2273 – Apoio à Promoção dos Direitos Sociais, Culturais e Direito à Cidadania.
- b) 2274 – Fortalecimento do Conselho de Políticas Indigenista.
- c) 2275 – Capacitação e Formação sobre Políticas Indigenista e Direitos dos Povos Indígenas.
- d) 2276 – Gestão e Articulação de Políticas Públicas Voltadas aos Povos Indígenas
- e) 8211 – Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos.

No Programa de **Governança Pública**, a SEPI tem como objetivo “promover a Governabilidade e Transparência do Poder Executivo” (SEPLAD, 2023), através das seguintes ações estabelecidas no Plano Plurianual (2024/2027):

- a) 2245 – Capacitação de Servidores Públicos.
- b) 8255 – Publicidade de Ações de Governo.
- c) 7722 – Construção de Imóveis Públicos Estaduais
- d) 2352 – Gestão e Articulação de Políticas Públicas voltadas aos Povos Indígenas.

No Programa de **Manutenção da Gestão**, a SEPI tem como objetivo “Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado” (SEPLAD, 2023), através das seguintes ações estabelecidas no Plano Plurianual (2024/2027):

- a) 4668 – Abastecimento de Unidades Móveis do Estado
- b) 8338 – Operacionalização das Ações Administrativas
- c) 8339 – Operacionalização dos Recursos Humanos
- d) 8311 – Concessão de Auxílio Alimentação
- e) 8312 – Concessão de Auxílio Transporte

Considerando a agenda 2030, o Programa de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos atua em 04 (quatro) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo eles:

- a) Erradicação da Pobreza
- b) Fome zero e Agricultura Sustentável
- c) Igualdade de Gênero

d) Redução das Desigualdades



Fonte: PPA 2020-2023 do Estado do Pará

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1. Programa: 1500 – Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

3.1.1. Projeto Atividade: 2273 – Apoio à Promoção dos Direitos Sociais, Culturais e Direito à Cidadania

Para o ano de 2025, a Secretaria dos Povos Indígenas planejou apoiar a promoção dos direitos sociais, culturais e direito à cidadania dos povos indígenas em 07 municípios do estado do Pará, sendo 07 contemplados com ações e execução financeira, representando **100% do total de municípios previstos**. Apesar de as localidades contemplados com estas ações não serem as mesmas no PPA 2024-2027, o número de municípios foi alcançado e grande parte das regiões de integração também.

Região de Integração	Município	Meta Física	Qtd	Atividade	Impacto	Total Investido	Fonte do Recurso
Araguaia	Ourilândia do Norte	Evento Apoiado	01	Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o Projeto de Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará – <i>Classificação Equivocada</i>	Assegurou-se a escuta técnica sobre as necessidades dos povos indígenas	R\$1.482,42	Tesouro Ordinário
Baixo Amazonas	Oriximiná	Evento Apoiado	01	Encontro Intergeracional dos jovens e anciãos Kaxuyana – Tunayana, na Terra Indígena Tunayana	Fortaleceu-se a participação da SEPI em eventos de cunho técnicos	R\$2.594,24	Tesouro Ordinário
Baixo Amazonas	Oriximiná	Evento Apoiado	01	Participação no Projeto Expedição Justiça Cidadania sem fronteiras, em parceria com o Tribunal Eleitoral do Estado do Pará, em Cachoeira Porteira.	Assegurou-se a escuta técnica sobre as demandas dos povos indígenas quanto à proteção de seus territórios	R\$1.605,96	Tesouro Ordinário
Baixo Amazonas	Oriximiná	Evento Apoiado	01	Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o Projeto de Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará - <i>Classificação Equivocada</i>	Assegurou-se a escuta técnica sobre as necessidades dos povos indígenas	R\$1.976,57	Tesouro Ordinário
Baixo Amazonas	Santarém	Evento Apoiado	01	Participação nas Oficinas Regionalizadas do Projeto Pará 2050, da SEPLAD.	Assegurou-se a escuta técnica sobre as necessidades dos povos indígenas	R\$494,14	Tesouro Ordinário
Carajás	Marabá	Evento Apoiado	01	Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o Projeto	Assegurou-se a escuta técnica e	R\$3.539,52	Tesouro Ordinário

				de Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará no município de Marabá - <i>Classificação Equivocada</i>	acompanhou-se a tomada de decisão dos povos indígenas		
Guajará	Belém	Evento Apoiado	01	II Semana dos Povos Indígenas: Aldeando a COP30	Geração de renda, manutenção da cultura indígena, discussões sobre mudanças climáticas e importância dos povos indígenas na preservação da vida	R\$2.749.758,77	Tesouro Ordinário
Lago de Tucuruí	Itupiranga	Evento Apoiado	01	Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o Projeto de Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará - <i>Classificação Equivocada</i>	Assegurou-se a escuta técnica e acompanhou-se a tomada de decisão dos povos indígenas	R\$ 2.284,06	Tesouro Ordinário
Rio Capim	Paragominas	Evento Apoiado	01	Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o Projeto de Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará - <i>Classificação Equivocada</i>	Assegurou-se a escuta técnica e acompanhou-se a tomada de decisão dos povos indígenas	R\$3.335,46	Tesouro Ordinário

3.1.2. Projeto Atividade: 2274 – Fortalecimento do Conselho da Política Indigenista

A SEPI planejou o fortalecimento do Conselho da Política Indigenista em 1 município do estado do Pará, sendo 1 alcançado com execução financeira, representando **100% do total de municípios previstos**.

Região de Integração	Município	Meta Física	Qtd	Atividade	Impacto	Total Investido	Fonte do Recurso
Guajará	Belém	Conselho Apoiado	01	1ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Indigenista- CONSEPI/2025	Apresentação do projeto da Caravanas dos Povos Indígenas Rumo à COP30, a minuta de criação de comissão interna do Conselho, o calendário de consulta do REDD+ Jurisdicional, o processo de consulta da Política Estadual de Educação Escolar Indígena e a minuta do Plano de Enfrentamento a Desastres Ambientais da SEPI.	R\$40.559,34	Tesouro Ordinário

3.1.3. Projeto Atividade: 2275 – Capacitação e Formação sobre políticas indigenistas e direito dos Povos Indígenas

A Secretaria dos Povos Indígenas planejou a Capacitação e Formação sobre Política Indigenista e Direitos dos Povos Indígenas de 91 pessoas, em 18 municípios do

estado do Pará, sendo 07 municípios alcançados com execução financeira, representando **38,88% do total de municípios previstos**. Embora o número de municípios atendidos com a ação tenha alcançado tal percentual, o número de pessoas capacitadas foi de 596, ultrapassando em 654% a meta planejada.

Região de Integração	Município	Meta Física	Qtd	Atividade	Impacto	Total Investido	Fonte do Recurso
Araguaia	São Félix do Xingu	Pessoa Capacitada	80	Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o Projeto de Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará ao povo Kayapó	Assegurou-se a escuta técnica e acompanhou-se a tomada de decisão dos povos indígenas	R\$8.294,30	Tesouro Ordinário
Baixo Amazonas	Oriximiná	Pessoa Capacitada	65	Caravana dos Povos Indígenas Rumo à COP30	Assegurou-se informação e formação sobre os temas debatidos da COP30	R\$4.570,81	Tesouro Ordinário
Guajará	Altamira	Pessoa Capacitada	216	Caravana dos Povos Indígenas Rumo à COP30 – <i>Liquidação equivocada</i>	Assegurou-se informação e formação sobre os temas debatidos da COP30	R\$1.482,43	Tesouro Ordinário
Carajás	Bom Jesus do Tocantins	Pessoa Capacitada	53	Caravana dos Povos Indígenas Rumo à COP30	Assegurou-se informação e formação sobre os temas debatidos da COP30	R\$2.964,84	Tesouro Ordinário
Rio Capim	Paragominas	Pessoa Capacitada	96	Caravana dos Povos Indígenas Rumo à COP30	Assegurou-se informação e formação sobre os temas debatidos da COP30	R\$3.806,75	Tesouro Ordinário
Tapajós	Jacareacanga	Pessoa Capacitada	86	Caravana dos Povos Indígenas Rumo à COP30	Assegurou-se informação e formação sobre os temas debatidos da COP30	R\$5.435,56	Tesouro Ordinário
Xingu	Altamira	Pessoa Capacitada	216	Caravana dos Povos Indígenas Rumo à COP30	Assegurou-se informação e formação sobre os temas debatidos da COP30	R\$8.029,8	Tesouro Ordinário

3.1.4. Projeto Atividade: 2276 – Gestão e Articulação de Políticas voltadas ao Povos Indígenas

Para o ano de 2025, a SEPI planejou a Gestão e Articulação de Políticas voltadas ao Povos Indígenas em 40 municípios do estado do Pará, sendo 8 municípios alcançados com execução financeira, representando **20% do total de municípios previstos**.

Região de Integração	Município	Meta Física	Qtd	Atividade	Impacto	Total Investido	Fonte do Recurso
Araguaia	São Félix do Xingu	Município Apoiado	01	Reuniões institucionais como povo Parakanã	Plano de Proteção	R\$1.666,38	Tesouro Ordinário

				para formulação do Plano de Proteção Territorial, Terra Indígena Apyterewa – <i>Liquidado de forma equivocada</i>	Territorial concluído		
Baixo Amazonas	Santarém	Município Apoiado	01	Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o Projeto de Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará aos 13 povos da região de integração	Assegurou-se a escuta técnica e acompanhou-se a tomada de decisão dos povos indígenas	R\$3.395,85	Tesouro Ordinário
Baixo Amazonas	Oriximiná	Município Apoiado	01	Articulação da oficina de capacitação técnica e monitoramento do território, realizada pela AIKATUK e CGPH	Assegurou-se acesso à oficina para jovens indígenas da região.	R\$6.917,95	Tesouro Ordinário
Carajás	Marabá	Município Apoiado	01	Participação nas Oficinas Regionalizadas do Projeto Pará 2050, da SEPLAD.	Assegurou-se a escuta técnica sobre as necessidades dos povos indígenas	R\$617,68	Tesouro Ordinário
Carajás	Marabá	Município Apoiado	01	Caravana dos Povos Indígenas Rumo à COP30 – <i>Classificação equivocada</i>	Assegurou-se informação e formação sobre os temas debatidos da COP30	R\$3.582,54	Tesouro Ordinário
Guajará	Belém	Município Apoiado	01	Reunião com Subcomitê gestor da TI Trincheira Bacajá e com o escritório regional da FUNAI da referida região – <i>Liquidado de forma equivocada</i>	Assegurou-se articulação de corpo técnico, escuta ativa e suporte para construção de relatório	R\$2.717,78	Tesouro Ordinário
Rio Capim	Tomé Açu	Município Apoiado	01	Interlocução junto à FUNAI para a construção do Plano de Proteção Territorial e Mitigação de conflitos agrários	Assegurou-se articulação de corpo técnico, escuta ativa e suporte para construção de plano	R\$741,22	Tesouro Ordinário
Tapajós	Jacareacanga	Município Apoiado	01	Consulta Livre, Prévia e Informada sobre o Projeto de Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará ao povo Munduruku	Assegurou-se a escuta técnica e acompanhou-se a tomada de decisão dos povos indígenas	R\$2.571,39	Tesouro Ordinário
Xingu	Altamira	Município Apoiado	01	Reunião com Subcomitê gestor da TI Trincheira Bacajá e com o escritório regional da FUNAI da referida região – <i>Liquidado de forma equivocada</i>	Assegurou-se articulação de corpo técnico, escuta ativa e suporte para construção de relatório	R\$431,01	Tesouro Ordinário
Xingu	Altamira	Município Apoiado	01	Articulação e participação no Jogos Tradicionais dos povos indígenas do médio Xingu	Assegurou-se articulação dos povos indígenas	R\$431,01	Tesouro Ordinário

3.1.5. Projeto Atividade: 8211 – Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos

No planejamento inicial, a Secretaria dos Povos Indígenas do Estado do Pará possuía como meta realizar 360 atendimentos, em 25 municípios do estado. Contudo, considerando a realidade de 2024, durante no ano de 2025, a SEPI optou por não realizar atividades relacionadas à esta meta, uma vez que esta ação foi a que se apresentou mais desafiadora no ano de 2024, e este ano, em razão da COP30, houve necessidade de dedicar mais tempo às outras ações.

No entanto, foram feitas diversas articulações para atendimento das demandas advindas dos territórios. A Secretaria dos Povos Indígenas realizou articulação com diversas secretarias e órgãos do governo, e conseguiu atender as seguintes demandas:

Região de Integração	Município	Atividade	Impacto	Fonte do Recurso
Baixo Amazonas	Oriximiná	Doação de 26 enxovais com banheiro, 02 bolas de futebol, 30 cestas básicas, 10 hélices de rabeta, 02 jogos de uniforme de futebol, 04 máquinas de costura, 10 motores de popa, 20 redes para dormir, 06 redes de futebol, 04 redes de vôlei, 04 roçadeiras.	Assegurou-se doação de materiais solicitados pelas comunidades nas bases dos territórios indígenas do estado	Articulação com secretarias e órgãos do Estado do Pará
Guajará	Belém	25 cestas básicas	Assegurou-se doação de materiais solicitados pelas comunidades nas bases dos territórios indígenas do estado	Articulação com secretarias e órgãos do Estado do Pará
Guajará	Ananindeua	10 enxovais com banheiro e 30 cestas básicas	Assegurou-se doação de materiais solicitados pelas comunidades nas bases dos territórios indígenas do estado	Articulação com secretarias e órgãos do Estado do Pará
Guamá	Santa Luiza do Pará	Doação de 27 cestas básicas.	Assegurou-se doação de materiais solicitados pelas comunidades nas bases dos territórios indígenas do estado	Articulação com secretarias e órgãos do Estado do Pará
Rio Capim	Paragominas	Doação de 10 enxovais com banheiro, 20 cestas básicas, 06 máquinas de costura, 08 redes para dormir.	Assegurou-se doação de materiais solicitados pelas comunidades nas bases dos territórios indígenas do estado	Articulação com secretarias e órgãos do Estado do Pará
Tapajós	Novo Progresso	Doação de 30 cestas básicas, 03 motores de popa e 03 roçadeiras.	Assegurou-se doação de materiais solicitados pelas comunidades nas bases dos territórios indígenas do estado	Articulação com secretarias e órgãos do Estado do Pará

Tapajós	Jaracareanga	15 enxovais com banheiro, 04 bolas de futebol, 15 hélices de rabeta, 02 jogos de uniforme de time, 03 máquinas de costura, 20 redes de dormir, 04 redes de futebol e 04 redes de vôlei.	Assegurou-se doação de materiais solicitados pelas comunidades nas bases dos territórios indígenas do estado	Articulação com secretarias e órgãos do Estado do Pará
Xingu	Altamira	Doação de 20 enxovais com banheiro, 08 máquinas de costura, 30 redes para dormir.	Assegurou-se doação de materiais solicitados pelas comunidades nas bases dos territórios indígenas do estado	Articulação com secretarias e órgãos do Estado do Pará

3.2. Programa: 1508 – Governança Pública

A Secretaria de Estado dos Povos Indígenas planejou a Capacitação de Servidores Públicos para 47 servidores, sendo 12 capacitados, representando **25,53% do total planejado**. Para Implementação do Observatório Estadual de Cidadania e Direitos Humanos com a elaboração de 02 relatórios, sendo 0 produzidos, representando 0% do total planejado. Para o ano de 2025, a SEPI planejou Construção de Imóveis Públicos Estaduais a construção de 1 imóvel, sendo 0 construídos, representando 0% do total planejado.

Em termos de Publicidade de Ações do Governo, a SEPI possuiu como meta no PPA 2024-2027 a realização de 02 campanhas, sendo que 0 foram produzidas, representando 0% do total planejado. Contudo, foram realizadas 112 publicações nas redes sociais, na rede oficial do estado e nos veículos de comunicação regionais.

Programa: Governança Pública							
Projeto Atividade	Município	Meta Física	Atividade	Impacto	Total Investido	Fonte do Recurso	Observações
8255 - Publicidade de Ações do Governo	Belém	Campanha Realizada	Publicação das Atividades da SEPI realizadas ao longo do ano de 2025	112 publicações das atividades da SEPI ao longo de 2025	-	Não houve aplicação direta do Tesouro Estadual	Foram realizadas diversas publicações sobre as atividades da SEPI para promoção da publicidade das ações de governo, contudo, não houve desembolso para campanhas
7722- Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Belém	Imóvel Construído	Sem Registro de Atividade	-	-	Não houve aplicação direta do Tesouro Estadual	A SEPI ainda não possui orçamento suficiente para o alcance desta meta.
2352 - Implementação do Observatório Estadual de Cidadania e Direitos Humanos	Belém	Relatório Feito	-	-	-	Não houve aplicação direta do Tesouro Estadual	Os relatórios serão elaborados a partir do consolidado da Ouvidoria desta SEPI
2245 - Capacitação de Servidores	Belém	Servidor Capacitado	-	12 Servidores Capacitados	-	Não houve aplicação direta do Tesouro Estadual	

3.3. Manutenção da Gestão

Para o ano de 2025, a SEPI planejou o Abastecimento de Unidades Móveis do Estado para 05 unidades móveis, sendo 05 unidades abastecidas, representando **100% do total** de unidades móveis previstas. Planejou-se a Concessão de Auxílio Alimentação para 94 servidores, sendo 34 servidores beneficiados, representando **36,17% do total previsto**. Planejou-se a Concessão de Auxílio Transporte para 20 servidores, sendo 20 servidores beneficiados, representando **100% do total previsto**. Planejou-se a Operacionalização dos Recursos Humanos com 94 servidores, sendo 34 servidores beneficiados, representando **36,17% do total previsto**. Planejou a Operacionalização das Ações Administrativas com 18 contratos mantidos, sendo 23 contratos mantidos ao final do exercício, representando **127% do total previsto**.

Projeto Atividade	Município	Meta Física	Atividade	Impacto	Total Investido	Fonte do Recurso
4668 - Abastecimento de Unidades Móveis	Belém	Unidades Abastecidas	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidades móveis que servem de apoio para a realização das atividades e deslocamento dos servidores da SEPI	R\$93.651,74	Tesouro Ordinário
8338 - Operacionalização das Ações Administrativas	Belém	Contratos Mantidos	Realizados e manutenção de 23 contratos de prestação de serviço no exercício de 2025	Os contratos são de suma importância para o andamento das atividades laborais, sendo elas administrativas e finalísticas desta SEPI, uma vez que a mesma tem o papel ímpar no Estado do Pará para com os Povos Indígenas com o fornecimento e a articulação de políticas públicas	R\$9.339.746,93	Tesouro Ordinário
8339 - Operacionalização dos Recursos Humanos	Belém	Servidor Remunerado	Foram remunerados, em média, 34 servidores no ano de 2025.	O quadro de servidores desta SEPI passou por pequenas oscilações em 2025, mas em média, esteve com o quadro completo durante o ano todo.	R\$2.090.742,73	Tesouro Ordinário
8311 - Concessão de Auxílio Alimentação	Belém	Servidor Beneficiado	Foram beneficiados, em média, 34 servidores no ano de 2025	Servidores contemplados com auxílio alimentação durante todo o exercício de 2025	R\$665.606,59	Tesouro Ordinário
8312 - Concessão de Auxílio Transporte	Belém	Servidor Beneficiado	Foram beneficiados, em média, 14 servidores no ano de 2025	Servidores contemplados com auxílio transporte durante todo o exercício de 2025	R\$18.290,86	Tesouro Ordinário

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Execução Orçamentária por Programa

Fonte 0.1.500.0000.01

Programa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Valor total de empenho	Valor total liquidado	Valor Total Pago
Cidadania, Justiça e Direitos humanos	R\$613.081,00	R\$10.408.653,05	R\$9.932.560,72	R\$9.651.935,88	R\$9.651.935,88
Manutenção da Gestão	R\$3.012.908,00	R\$4.079.887,26	R\$2.559.749,88	R\$2.323.618,60	R\$2.178.862,51
Governança Pública	R\$47.000,00	R\$47.000,00	R\$15.765,43	R\$14.740,79	R\$14.740,79
Total	R\$3.672.989,00	R\$14.535.540,31	R\$12.508.078,03	R\$11.990.495,27	R\$11.845.739,18

Fonte: SIAFE 2025

Suplementações

Fontes	Dotação Inicial	Dotação Atual	Valor total de empenho	Valor total liquidado	Valor Total Pago
1501000001	-	R\$4.500.000,00	R\$4.500.000,00	R\$4.500.000,00	R\$4.500.000,00
1706311006	-	R\$660.000,00	R\$407.400,12	R\$282.507,99	R\$282.507,99
2500000001	-	R\$4.857.349,19	R\$4.628.817,99	R\$4.446.831,19	R\$4.446.831,19
2706311068	-	R\$1.000.000,00	-	-	-
61500000001	-	R\$15.202,12	-	-	-
Total	-	R\$11.032.551,31	R\$9.536.218,11	R\$9.229.339,18	R\$9.229.339,18

Fonte: SIAFE 2025

Consolidado por fonte de recurso

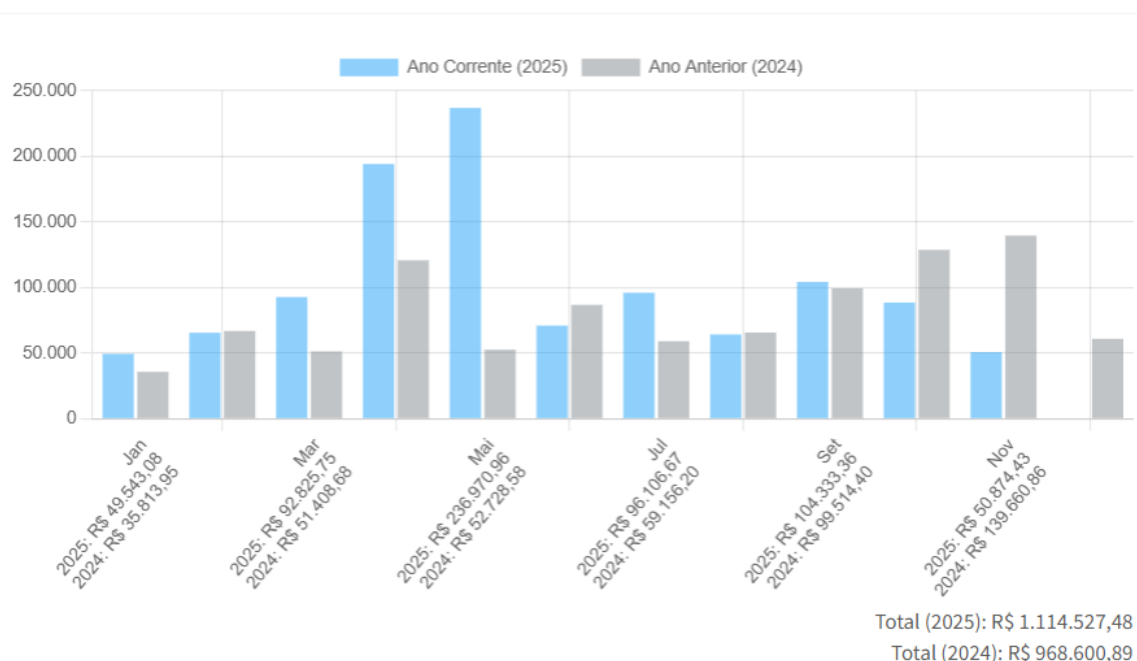
Fontes	Dotação Inicial	Dotação Atual	Valor total de empenho	Valor total liquidado	Valor Total Pago
1500000001	R\$3.672.989,00	R\$3.502.989,00	R\$2.971.859,92	R\$2.761.156,09	R\$2.616.400,00
1501000001	-	R\$4.500.000,00	R\$4.500.000,00	R\$4.500.000,00	R\$4.500.000,00
1706311006	-	R\$660.000,00	R\$407.400,12	R\$282.507,99	R\$282.507,99
2500000001	-	R\$4.857.349,19	R\$4.628.817,99	R\$4.446.831,19	R\$4.446.831,19
2706311068	-	R\$1.000.000,00	-	-	-
61500000001	-	R\$15.202,12	-	-	-
Total	R\$3.672.989,00	R\$14.535.540,31	R\$12.508.078,03	R\$11.990.95,27	R\$11.845.739,18

Fonte: SIAFE 2025

4.2. Comparativo mensal de Despesas Correntes – 2025 x 2024

Destaca-se um desempenho superior em 2025, tanto nos valores mensais quanto no acumulado anual. Enquanto o total de 2024 alcançou R\$968.600,89, em 2025 o volume já chega a R\$1.114.527,48, representando um crescimento aproximado de 15%, mostrando que 2025 apresenta maior capacidade de execução e de desempenho mais

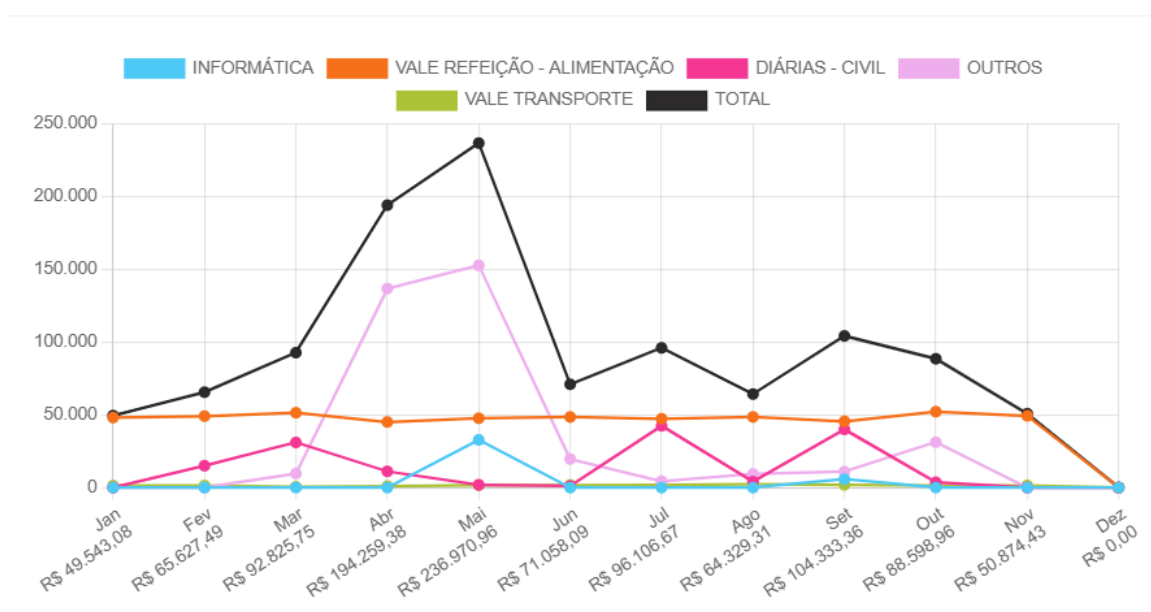
robusto, com crescimento expressivo em diversos meses e predominância de resultados superiores aos de 2024, conforme evidencia o gráfico abaixo:



Fonte: SIGPLAN (2025)

4.3. Total mensal por natureza da despesa de Despesas Correntes

O gráfico abaixo apresenta a evolução mensal das despesas por categoria ao longo do ano, evidenciando que os maiores volumes de execução ocorreram em abril e maio, impulsionados principalmente pela categoria “Outros” e pelo aumento de diárias, devido à II Semana dos Povos Indígenas: Aldeando a COP30, pelo projeto “Caravana dos Povos Indígenas rumo à COP30” e pelas Consultas Livre, Prévias e Informadas que serviram de base para o projeto de lei da Política Estadual de Educação Escolar Indígena do Pará. As despesas com vale alimentação mantêm-se estáveis durante todo o período, enquanto informática e vale transporte registram valores menores e com pouca variação. Junho apresenta uma forte queda no total executado, devido à fatores externos, seguida de uma retomada gradual nos meses seguintes, que se estabilizam entre julho e novembro. O mês de dezembro ainda aparece sem execução registrada. De forma geral, o comportamento anual revela concentração de gastos no primeiro semestre e maior equilíbrio das despesas no segundo semestre, devido às atividades a SEPI voltadas para a COP30.



Fonte: SIGPLAN (2025)

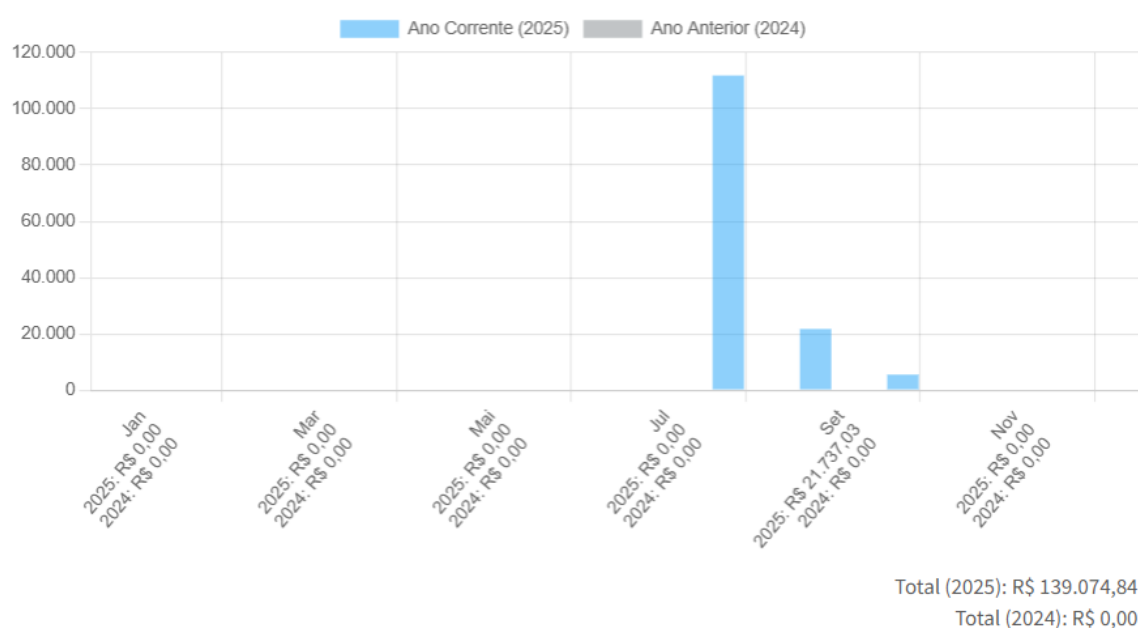
4.4. Comparativo mensal de investimento – 2025 X 2024 – Emendas Parlamentares

O gráfico abaixo evidencia um avanço significativo na execução de emendas parlamentares em 2025, especialmente quando comparado a 2024, ano em que não houve qualquer registro de execução. Em 2025, mesmo com uma equipe reduzida, foi possível não apenas estruturar o processo, mas alcançar resultados concretos, com liberações concentradas entre agosto e outubro que totalizam R\$ 139.074,84. Esse desempenho demonstra a capacidade da equipe em organizar fluxos, atender às exigências técnicas e transformar demandas represadas em entregas efetivas. Assim, o gráfico confirma que, apesar das limitações de pessoal, a instituição conseguiu avançar de maneira expressiva e inaugurar um ciclo de execução eficiente das emendas parlamentares. Além disso, é importante destacar que, das quatro emendas parlamentares recebidas no exercício, apenas duas puderam ser executadas. A limitação decorre diretamente da redução do quadro de servidores, o que restringe a capacidade operacional necessária para atender integralmente às demandas. Ainda assim, a execução parcial já representa um progresso relevante diante do cenário anterior.

Com emenda parlamentar concedida pela Deputada Federal Célia Xakriabá, a Secretaria dos Povos Indígenas teve a oportunidade de realizar a Caravana dos Povos Indígenas rumo à COP30, nas 08 etnorregiões do estado do Pará, ouvindo, qualificando, informando e articulando a participação dos povos indígenas na Conferência das Partes,

COP30, realizada em Belém de 10 a 21 de novembro de 2025. Como resultado das caravanas, foi possível garantir a participação qualificada de cerca de 1.300 indígenas de todo o território estadual.

Com a emenda parlamentar cedida pelo Deputado Federal Airton Faleiro, a Secretaria dos Povos Indígenas do Pará teve a possibilidade de adquirir equipamentos que viabilizam o monitoramento territorial das Terras Indígenas Alto Rio Guamá e Apterewa. Foi adquirido 05 drones, 08 GPS, 03 barcos completos e 01 carro para dar suporte às atividades nos territórios.

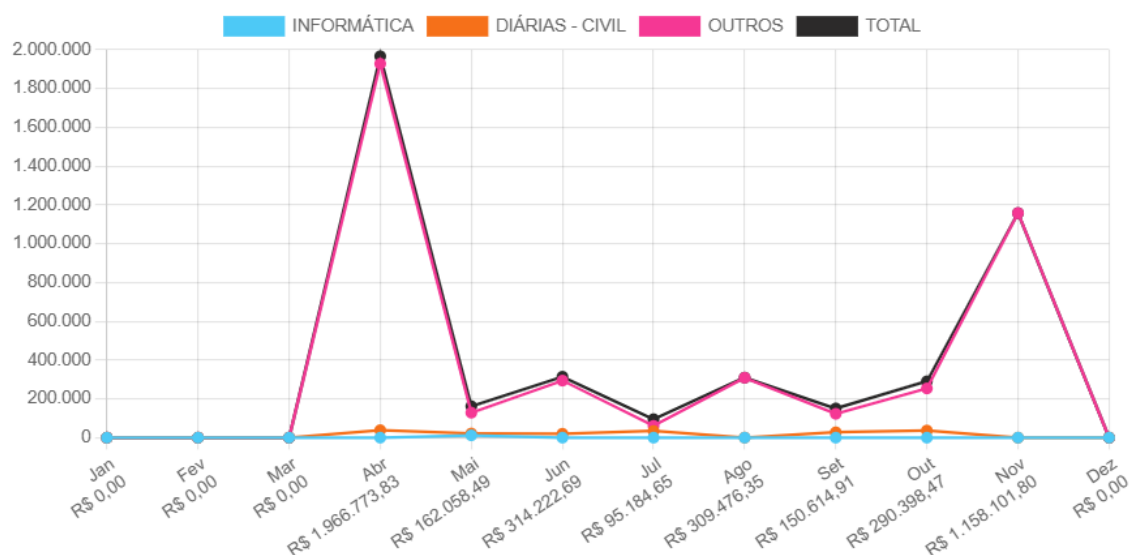


Fonte: SIGPLAN (2025)

4.5. Total mensal por natureza da despesa de Despesas Correntes – Suplementação Orçamentária

Os dados apresentados demonstram de forma objetiva que a SEPI avançou significativamente em sua capacidade de execução em comparação com 2024. Enquanto no ano anterior não houve movimentação relevante em diversas rubricas, em 2025 observamos um salto expressivo na gestão orçamentária, com picos robustos de execução, especialmente nos meses de abril e novembro, que superaram R\$1,9 milhão e R\$1,1 milhão, respectivamente. Esse comportamento revela não apenas maior organização interna, mas também a consolidação de fluxos administrativos que permitiram transformar demandas antes represadas em entregas efetivas. Além disso, mesmo em meses de menor volume, os registros mostram regularidade e constância na

execução, diferente da instabilidade observada em 2024. Assim, o gráfico evidencia que, apesar das limitações de pessoal, a SEPI conseguiu estruturar processos, ampliar sua capacidade técnica e alcançar resultados concretos, demonstrando evolução administrativa e fortalecimento institucional em relação ao ano anterior, conforme evidencia o gráfico abaixo:



Fonte: SIGPLAN (2025)

5. CONSIDERAÇÕES

Ao concluir este ciclo de gestão, reafirmamos o compromisso firme da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI) com a promoção de políticas públicas estruturantes, construídas em diálogo permanente com as lideranças e organizações indígenas, e alinhadas aos princípios de proteção territorial, valorização cultural e fortalecimento da autonomia dos povos originários.

O ano de 2025 representou um avanço significativo na capacidade institucional da SEPI, principalmente em termos de resiliência e capacidade de articulação. Houve progressos concretos na execução de nossas ações e, de forma especialmente relevante, registramos uma melhoria no orçamento destinado à secretaria através de suplementações orçamentárias que puderam atender de forma concreta demandas como a II Semana dos Povos Indígenas: Aldeando a COP30, a Consulta Livre, Prévia e Informada para a criação do projeto de Lei da Educação Escolar Indígena do Estado do Pará, e a garantia da participação de 1.200 indígenas na Conferência das Partes –

COP30, realizada de 10 a 21 de novembro de 2025. Esse incremento reflete o reconhecimento, por parte do Governo do Estado, da centralidade dos povos indígenas na construção de um Pará mais justo, inclusivo e comprometido com a sustentabilidade.

Outro marco relevante deste ano foi a articulação bem-sucedida que garantiu à SEPI a previsão de receber, ainda neste exercício, um novo prédio para sediar suas atividades. Essa conquista representa um passo fundamental para o fortalecimento institucional desta Secretaria, oferecendo melhores condições de trabalho à equipe, ampliando a capacidade de atendimento e permitindo o desenvolvimento mais adequado e eficiente de nossas ações em todo o território paraense.

Destaca-se ainda, o fato de que neste período foi possível executar duas emendas parlamentares, cujos resultados reforçam a relevância e a credibilidade do trabalho desenvolvido pela secretaria. Outras duas emendas, embora igualmente estratégicas, não puderam ser executadas em razão da insuficiência de recursos humanos, uma limitação que permanece como um dos maiores gargalos enfrentados pela secretaria. Atuamos com uma equipe extremamente reduzida diante da amplitude, complexidade e territorialidade da agenda indígena no Pará. Ainda assim, nossos servidores têm atuado com dedicação, resiliência e profundo senso de responsabilidade pública, assegurando a continuidade das entregas e o cumprimento das atribuições desta Secretaria.

Reitera-se, portanto, que o fortalecimento do quadro de pessoal é imperativo para que possamos avançar com ainda mais qualidade, segurança administrativa e eficiência na execução das políticas voltadas aos povos indígenas. Reafirmamos nossa disposição em seguir aprimorando processos, ampliando parcerias e consolidando a estrutura institucional necessária para que o Estado do Pará siga na vanguarda das políticas indígenas no Brasil.

Seguimos convictos de que somente com investimentos contínuos, equipe fortalecida e escuta ativa dos povos indígenas será possível consolidar um modelo de gestão verdadeiramente transformador, que honre a ancestralidade, proteja a vida e garanta futuro às próximas gerações.

5.1. Recomendações

A necessidade urgente de adequação do quadro de pessoal desta SEPI permanece como uma das principais demandas institucionais, já registrada no relatório

do ano passado e ainda não atendida. É fundamental avançar tanto em soluções de curto prazo, como a realização de processos seletivos simplificados, quanto no provimento, via concurso público, dos cargos previstos na legislação de criação desta Secretaria. O fortalecimento do quadro é condição indispensável para consolidar a SEPI como instrumento efetivo na formulação, coordenação e implementação das políticas públicas voltadas aos povos indígenas no Estado do Pará. Somente com recursos humanos e financeiros compatíveis com a complexidade de nossa missão institucional será possível garantir a promoção do bem viver dos povos indígenas e assegurar o cumprimento das metas estratégicas estabelecidas pelo Governo do Estado.

Considerando que a SEPI é uma Secretaria de Articulação, sugerimos que a ação **8211 – Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos** seja retirada das metas desta Secretaria. Entendemos que, neste momento, a prioridade institucional deve concentrar-se na garantia territorial e em metas diretamente relacionadas à proteção dos direitos territoriais, que constituem a base para o exercício pleno de direitos e para o funcionamento de qualquer política pública subsequente.

Recomenda-se também a inserção da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEPI) no programa ambiental voltado à **Promoção da Bioeconomia**, haja vista que tal inserção é fundamental para assegurar que as políticas públicas reflitam a realidade diversa e complexa dos povos indígenas e seus territórios. Considerando a rica contribuição histórica e cultural desses povos na preservação da biodiversidade e na sustentabilidade dos ecossistemas, é imprescindível que suas vozes sejam centrais na formulação e execução de estratégias de bioeconomia. A integração da SEPI permitirá que iniciativas sejam desenvolvidas de forma participativa, respeitando os saberes tradicionais, promovendo a valorização dos modos de vida indígenas e garantindo que os benefícios da bioeconomia sejam distribuídos de maneira justa, atendendo às necessidades e especificidades de cada povo, enquanto contribuem para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Sugere-se, ainda, a revisão do orçamento destinado à SEPI para o exercício de 2026, considerando que a secretaria passará a operar em sua nova sede. A mudança exige a contratação de serviços essenciais para o pleno funcionamento do edifício, como segurança patrimonial, fornecimento de água, energia elétrica, limpeza, manutenção predial e recepção. Atualmente, não dispomos de contratos que atendam a essas necessidades básicas, o que pode comprometer a instalação adequada da equipe e a continuidade das atividades institucionais. A previsão orçamentária compatível com as

demandas da nova estrutura é, portanto, indispensável para garantir condições de trabalho adequadas, segurança operacional e eficiência no atendimento ao público.

Diante do exposto, torna-se imprescindível priorizar os pleitos voltados ao reforço do quadro de pessoal, seja por meio da autorização para processos seletivos simplificados, seja pela realização de concursos públicos. Igualmente necessário é ampliar e flexibilizar o orçamento destinado à SEPI, de modo a garantir a execução das ações planejadas e a presença efetiva do Estado junto às comunidades indígenas.

A SEPI mantém seu compromisso com a promoção do bem viver dos povos indígenas, assegurando direitos, protegendo territórios e valorizando saberes ancestrais. Entretanto, para que esse compromisso se concretize plenamente, é fundamental que a Secretaria disponha de recursos humanos e financeiros compatíveis com a complexidade de sua missão. Somente com a estrutura adequada será possível fortalecer a atuação institucional e consolidar políticas públicas que promovam inclusão, sustentabilidade e a preservação dos valores culturais e ambientais que os povos indígenas representam para o Estado do Pará.

Encerramos o exercício de 2025 com o compromisso renovado de enfrentar os desafios identificados e de avançar rumo a um 2026 ainda mais promissor. Nosso objetivo é não apenas cumprir as metas estabelecidas, mas ampliá-las, fortalecendo a presença da SEPI como agente estratégico na promoção de políticas públicas que transformam realidades e consolidam o protagonismo dos povos originários no Estado do Pará.

Puyr dos Santos Tembé

Secretária de Estado dos Povos Indígenas do Pará

SECRETARIA DOS
POVOS INDÍGENAS



GOVERNO DO
PARÁ

PROGRAMA CIDADANIA, JUSTIÇA E
DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2025



Belém, Pará
25 de novembro de 2025